

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A RELEVÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Daniela Lopes de Andrade<sup>1</sup>  
Lilian Cristina Santos Araújo<sup>2</sup>  
Michele Elane de Sá Monteiro<sup>3</sup>  
Simone Santos da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo trata da relevância da Assistência Estudantil (AE) nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (IFES), especialmente na Universidade Federal do Pará (UFPA), no intuito de colaborar para a promoção de uma educação inclusiva e possibilitar condições de permanência e êxito na conclusão do curso de graduação de discentes em vulnerabilidade socioeconômica. Destacamos a luta pelo direito à educação pública e pela legitimação da AE, evidenciando os avanços e as limitações de sua implementação. Metodologicamente realizamos estudo bibliográfico baseado em autores que refletem sobre a política social e educacional, além de análise documental acerca da AE na UFPA. Concluímos que, apesar de conter aspectos neoliberais, a referida política social é indispensável aos discentes da classe trabalhadora, constituindo-se em um desafio de todos, mas, sobretudo, governamental, à sua ampliação em termos de orçamento, composição de equipe técnica e ações vinculadas à AE nas IFES.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Política Social. Permanência Estudantil.

### ABSTRACT

This article deals with the relevance of Student Assistance (SA) in the Federal Institutions of Higher Education in Brazil (FIHE), especially at the Federal University of Pará (UFPA), in order to collaborate for the promotion of an inclusive education and to enable conditions of permanence and success in accomplishing the graduate courses for students in socioeconomic vulnerability. We highlight the struggle for the right to public education and for the legitimization of SA, reinforcing the advances and limitations of its implementation. Methodologically, we carried out a bibliographical study based on authors who reflect on

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA; danielalopes@ufpa.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Educação e Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da UFPA; lilianaraujo@ufpa.br.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Gestão Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFPA; michele@ufpa.br.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA; simonesilva@ufpa.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



social and educational policy, as well as documental analysis about the SA at UFPA. We conclude that, despite containing neoliberal aspects, the aforementioned social policy is essential for working-class students, constituting a challenge for everyone, but above all for the government, for its expansion in terms of budget, composition of the technical team and actions linked to the SA in the FIHEs.

**Keywords:** Student Assistance. Social Policy. Student Permanency.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de explicitar a relevância da Assistência Estudantil (AE) na Universidade Federal do Pará (UFPA), especialmente no que diz respeito à permanência, à promoção de uma educação inclusiva e à conclusão do curso de graduação de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi possível elaborar esse artigo que revela o interesse das pesquisadoras em contribuir com os estudos acerca da temática, sobretudo na Região Norte do país.

A AE executada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem como diretriz o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, instituído pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), se apresenta como uma política pública frágil e, embora tenha grande importância para a permanência de estudantes no ensino superior, obedece o formato de política baseada no projeto neoliberal articulado para a sociedade brasileira, uma vez que o Estado não investe concretamente em políticas públicas para erradicar a desigualdade social vivenciada pela parcela mais empobrecida da sociedade.

No intuito de alcançar o objetivo desse artigo, partimos de um estudo bibliográfico que possibilitou o acesso às pesquisas e textos na busca da essência do nosso objeto de investigação, o qual se mostra fundamental para a compreensão e imersão histórica e social do objeto, pois, “necessitamos das mediações da teoria, da intelecção, da disciplina intelectual, da reflexão para que possamos ultrapassar os fenômenos [...]” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2018, p. 89).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A análise documental também fez parte da elaboração do artigo em tela, pois os documentos são necessários e importantes para a pesquisa, uma vez que eles não apenas refletem, como também constroem a realidade social e as versões dos eventos (MAY, 2004, p. 213). Além disso, a análise documental se mostrou essencial para compreendermos como se efetiva a AE na UFPA, quais os programas, projetos, auxílios e serviços são disponibilizados para a execução das ações institucionais que objetivam garantir a permanência, a inclusão social e a conclusão do curso de graduação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da referida universidade.

Diante do exposto, explicitaremos as ações previstas no PNAES, a efetivação da AE na UFPA, executada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), os programas, projetos, auxílios e serviços disponibilizados aos estudantes que estão inseridos no público alvo de atendimento e o acesso aos serviços a partir do Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil (Sigaest) da UFPA, no intuito de demonstrar a relevância da AE para a comunidade acadêmica desta universidade.

## 2. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Com a redemocratização do Estado brasileiro, após luta travada pelos estudantes, pelos movimentos sociais e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) que, desde a década de 1980, reivindicavam do Ministério da Educação (MEC) medidas de apoio aos estudantes, se deu a retomada dos debates<sup>5</sup> acerca da AE no país.

Como uma dessas medidas, foi instituído o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) que, para o FONAPRACE (2012),

<sup>5</sup> Iniciado em 1929 pelo casal Ana Amélia de Mendonça e Marcos de Mendonça, com a criação da Casa do Estudante do Brasil que servia de moradia aos estudantes que chegavam no Rio de Janeiro e não tinham onde morar durante a graduação. Ver mais em: Moradias estudantis: uma política pública na consolidação do direito à cidade (COSTA; OLIVEIRA, [s.d]).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



colocava em posição de extrema relevância a efetivação do PNAES para a permanência dos estudantes nas IFES e, sobretudo, para o alcance das metas estabelecidas pelo próprio Reuni:

Se o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI – permitiu que as Universidades Federais retomassem seu processo de crescimento a partir de 2008, ampliando a inclusão de estudantes na educação superior com a meta de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, permitindo o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação, o PNAES, tornou-se ferramenta indispensável ao alcance dessas metas. (FONAPRACE, 2012, p.12).

Um cenário de expansão das universidades federais se instalou no país, assim como o apoio às instituições privadas de ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído via Medida Provisória de nº 213, de 10 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), e pelo Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) que, por meio da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), se configurou como um programa de financiamento do ensino superior a estudantes e que atende, sobretudo, os interesses das instituições privadas.

Na premissa de expandir o ensino superior, com qualidade e eficiência, para as camadas mais pobres da sociedade, o governo intensificou o financiamento de grandes grupos financeiros/educacionais privados em detrimento das IFES (REIS, 2017).

Nesse intenso movimento de expansão do ensino superior, compreendemos que a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, a qual instituiu o PNAES e objetiva efetivar “[...] ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior” (BRASIL, 2007a), se caracterizou como um passo importante para a expansão do ensino superior nas instituições públicas, assim como o PNAES, que visa

PROMOÇÃO



APOIO



propiciar condições de permanência e conclusão dos cursos de graduação dos estudantes e tem como objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Para a efetivação dessas ações, o MEC repassa recursos financeiros para cada IFES, as quais são orientadas a desenvolver, com autonomia e de acordo com as especificidades de cada instituição, seus programas, projetos e serviços nas 10 (dez) áreas da AE:

I - Moradia estudantil; II - Alimentação; III - Transporte; IV - Atenção à saúde; V- Inclusão; VI - Cultura; VII - Esporte; VIII - Creche; IX - Apoio pedagógico; X - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Nesses setores de ações recomendadas, consideramos que a AE é um campo em expansão e em consolidação nas IFES, contudo, é uma política de governo com a necessidade de ser integrada ao ordenamento jurídico do Estado a fim de assegurar a manutenção dos auxílios financeiros aos estudantes, fortalecer e ampliar a AE desenvolvida nas IFES, tal como ampliar os repasses financeiros, o investimento em infraestrutura e em recurso pessoal.

Enquanto política em construção, a AE é um campo de disputa quanto a sua concepção, como podemos observar na explicitação de Dutra e Santos (2017, p. 162):

A política de assistência estudantil no panorama brasileiro foi se construindo [...] em meio a cenários sociopolíticos e econômicos diversos, a partir de diferentes atores sociais. Nesse processo de construção, as discussões acerca do tema foram ao longo do tempo sendo fundamentadas em bases distintas, a depender do lugar/posição a partir do qual se era discutido. Esse contexto favoreceu a proposição de concepções diversas, havendo de certo modo uma disputa de perspectivas em torno do que seria considerada uma AE ideal. Dentre os argumentos que circulam nos discursos construídos no

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



decurso da história da assistência ao estudante universitário é possível identificar-se alguns pares de oposição, tais como: gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade etc.

É propício destacar que, mesmo reconhecendo a importância da AE para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades, ela também se caracteriza como política seletiva, não universal, excludente e discriminatória, pois segue as regras neoliberais, as quais estabelecem que “[...] as políticas destinadas aos pobres serão também pobres. Para recebê-las, o estudante deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir um sem número de condicionalidades” (LEITE, 2012, p. 462), e atender à “qualidade” de estudantes vulneráveis.

É necessário compreender as características das políticas sociais brasileiras, as quais foram organizadas sob a égide do neoliberalismo, para entender a relevância da AE para os estudantes mais empobrecidos, pois apesar do caráter assistencialista, cabe ressaltar que cada avanço nessa política de permanência estudantil representa a luta coletiva por uma educação pública como direito social. Assim, é imprescindível destacar que:

A implementação de uma Política de Assistência Estudantil reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial, no Brasil, nos limites da formação social do país. Por isso, é importante enfatizar que a focalização, a seletividade e o caráter emergencial não são características próprias à Política de Assistência Social, esta também incorpora tais diretrizes, pelo mesmo motivo das demais políticas sociais de caráter assistencial. (NASCIMENTO, 2012, p. 151).

Esse caráter focalizado e seletivo assumido pela AE escancara as lacunas da referida política, a qual não atende a totalidade dos alunos considerados vulneráveis socioeconomicamente, sobretudo, no que diz respeito a transferência de auxílios financeiros destinados a custear as despesas dos estudantes com moradia, alimentação, transporte e material didático.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Desse modo, compreendemos que, apesar da importância e necessidade de manutenção da transferência de renda na AE, essa política não deve se resumir ao repasse dos de auxílios financeiros para custear as necessidades básicas elencadas, é imprescindível lutar por mais investimentos do Governo Federal, pela ampliação de recursos monetários para o maior atendimento das demandas relacionadas à permanência dos estudantes nas IFES.

Esclarecemos que essas demandas são concernentes às ações que promovam o bem-estar e a qualidade de vida, da saúde física e emocional dos estudantes, o apoio quanto ao desempenho acadêmico, a atenção às questões que envolvam a formação cidadã para os direitos humanos, com vistas a atender os mais diversos tipos de vulnerabilidades dos estudantes. Nesse sentido, o FONAPRACE conceitua que a Política de Assistência Estudantil.

É um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. (FONAPRACE, 2012, p.63).

Outra questão a ser destacada em relação à política de AE é a sua vinculação à política de educação e não à política de Assistência Social, devido a sua transversalidade com a política educacional, visto que é vinculada às ações previstas pelo MEC, no intuito de responder às demandas dos estudantes provenientes das classes subalternas, que acessam o ensino superior (NASCIMENTO, 2012).

## 2.1 A Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma universidade *multicampi*, com Sede localizada na cidade de Belém, capital do estado do Pará, e possui mais 11 (onze) *Campi* espalhados pelo território paraense, conforme apresentamos a seguir: Campus Universitário do Baixo Tocantins – Abaetetuba, Campus Universitário de Altamira, Campus Universitário de Ananindeua, Campus Universitário de Bragança,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Campus Universitário do Marajó – Breves, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, Campus Universitário de Capanema – I e II, Campus Universitário de Castanhal, Campus Universitário de Salinópolis, Campus Universitário do Marajó – Soure e Campus Universitário de Tucuruí.

A UFPA tem como missão “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” (UFPA, 2016) e ao longo de 60 anos de funcionamento tem primado pela democratização do ensino superior na região Amazônica, considerando sua diversidade populacional e geográfica, o que resultou em um grandioso processo de expansão universitária e trouxe consigo a crescente demanda pela viabilidade de permanência dos estudantes.

A UFPA foi uma das IFES pioneiras na formulação e implementação de ações afirmativas educacionais, visto que a partir de 2005 passou a aprovar uma série de resoluções que adotaram o ingresso de estudantes por meio de cotas em seus processos seletivos. Em 2005 adotou a cota raça e cota escola pública; em 2009 a cota para discentes com deficiência e para o ingresso de estudantes indígenas, além da inserção de discentes quilombolas a partir do ano de 2012, o que ampliou o acesso de estudantes das camadas mais populares da sociedade.

Além da implantação de políticas afirmativas, a UFPA vem estruturando sua política de atendimento aos discentes a fim de garantir condições de permanência e conclusão do curso de graduação, por meio da execução das ações previstas no PNAES. Contudo, antes mesmo da instituição do referido programa, a universidade já realizava ações de AE com recursos próprios, como por exemplo a Moradia Estudantil - sendo a Casa de Estudantes Universitárias da UFPA, inaugurada em 1965, a primeira ação de AE da instituição - e o Restaurante Universitário<sup>6</sup> (RU).

Na UFPA, a execução da AE de forma organizada e com repasse de recursos financeiros específicos advindos do PNAES iniciou em 2007 com a criação da

<sup>6</sup> Inaugurado em 1993, no Campus de Belém, o primeiro Restaurante Universitário da UFPA tinha a capacidade inicial de oferecer 1.200 refeições por dia. Atualmente a UFPA, no Campus Sede, conta com dois RU's, que oferecem à comunidade acadêmica 6.000 refeições por dia.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). No ano de 2017, devido ao crescimento das responsabilidades, demandas e abrangência das ações de AE na UFPA e com o objetivo de aprimorar e expandir a prestação dos serviços, a DAIE passou por um processo de mudança quanto a sua organização administrativa, deixou de ser uma diretoria, em substituição, foi criada a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), vinculada ao gabinete da reitoria, por meio da Resolução nº 762/CONSUN, de 20 de outubro de 2017 (UFPA, 2017).

Então, a nova unidade administrativa da UFPA passou ser a responsável pela execução da política de acessibilidade aos estudantes com deficiência, alta habilidades e superdotação, que antes era atribuição do Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), e também pelo RU que já era custeado com recursos da AE, mas, administrativamente vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) - (UFPA, RELATÓRIO ANUAL, 2018).

Diante do exposto, observamos o avanço, a consolidação e a relevância da política de AE na UFPA, especialmente nos últimos anos, sendo reconhecida sua importância pela gestão universitária ao expandir suas ações e organizá-las num único setor.

De acordo com o Art. 5º da Resolução nº 763/CONSUN, de 20 de outubro de 2017 (UFPA, 2017a), que aprova o Regimento da SAEST, a referida superintendência deve ser dirigida por um superintendente e possuir a seguinte estrutura, conforme exposto no Art. 7º: I – Secretaria Executiva; II – Coordenadoria de Assistência Estudantil; III – Coordenadoria de Integração Estudantil; IV – Coordenadoria de Acessibilidade; V – Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil.

Até o início do ano de 2021, a AE na UFPA se materializava por meio do Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS), entretanto, a partir da Resolução nº 828, de 23 de março de 2021 (UFPA, 2021), a AE na UFPA passou a ser regida pela Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAIE), a qual tem como objetivo orientar os atendimentos aos

PROMOÇÃO



APOIO

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ainda seguindo os preceitos do PNAES para efetivar as ações estabelecidos no programa supracitado.

Dessa forma, a UFPA executa seus programas, projetos, auxílios e serviços por meio dos seguintes eixos e programas:

### Quadro 1 – Eixos de ações e programas de Assistência Estudantil da UFPA

<b>EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b>
<b>PROGRAMAS</b>
1. Programa Permanência; 2. Programa Casa dos Estudantes Universitários (PROCEUS); 3. Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC); 4. Programa Estudante-Convênio de Graduação / Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior.
<b>EIXO INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL</b>
<b>PROGRAMAS</b>
1. Programa de Apoio Pedagógico (PROAP); 2. Programa Estudante Saudável (PES); 3. Programa Rede de Apoio Psicossocial (PROREDE); 4. Programa Bolsa Acadêmica Permanência (PROBOLSA).
<b>EIXO ACESSIBILIDADE ESTUDANTIL</b>
<b>PROGRAMAS</b>
1. Programa de Acessibilidade (PROACCESS); 2. Programa de Atendimento Individualizado de PcD (PAI-PcD); 3. Programa Rede Saberes (REDSABER); 4. Programa de Assessoramento Pró-Pedagógico e Psicoeducacional; 5. Bolsa Acadêmica de Acessibilidade (PROBAC); 6. Bolsa Acadêmica de Inclusão na Educação Básica (PIBASIC); 7. Programa de Apoio e Incentivo à Produção de Tecnologias Assistivas (PIPTec); 8. Programa de Apoio à Infra-Estrutura Acessível (INFRAcessível); 9. InformAcessível; 10. Programa de Avaliação e Acompanhamento (PROAC).
<b>EIXO ALIMENTAÇÃO ESTUDANTIL</b>
<b>PROGRAMAS</b>
1. Restaurante Universitário visando garantir aos estudantes o direito humano à alimentação adequada, por meio de serviços de alimentação e nutrição, de forma a contribuir para o enfrentamento às desigualdades sociais, colaborando para a permanência e conclusão no ensino superior, ofertando alimentação de qualidade, balanceada e de baixo custo, dentro dos padrões de segurança alimentar e nutricional aos discentes.

Fonte: UFPA, 2021. Sistematização das autoras.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os programas, projetos, serviços e auxílios são oferecidos aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica por meio de Editais ou Instruções Normativas e podem ser solicitados via inscrição realizada no Sigaest, onde a inscrição do estudante passa por análise socioeconômica realizada por uma equipe de assistentes da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) da SAEST e das assistentes sociais vinculadas às Divisões de Assistência Estudantil (DAEST), lotadas em alguns *Campi* fora de Sede.

Desde 1965, data que marca a primeira ação de AE na UFPA, até o momento atual, são grandes os desafios e as lutas para superar o assistencialismo que permeia o entendimento de parte da comunidade acadêmica e de alguns indivíduos acerca dessa política no país. Sabemos que na UFPA, assim como em outras IFES, “[...] o PNAES não é universal e segue seu curso, dentro do regramento capitalista, atendendo aos preceitos dos organismos multilaterais, onde a educação é tida como mercadoria” (ARAÚJO, 2022, p. 107).

Entretanto, a partir do entendimento do movimento do contraditório que envolve o enfrentamento dessa lógica neoliberal, não nos furtamos de ressaltar que as legislações, a expansão do ensino superior, o percurso da AE no país, as normativas institucionais, as ações, programas, projetos, serviços e auxílios efetivados, especialmente, na UFPA, IFES destacada nesse artigo, se caracterizam também como avanços dessa política social.

### 3 CONCLUSÃO

Com o objetivo de evidenciar a relevância da política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, o presente artigo destacou, de forma breve, os avanços dessa política no Brasil e na IFES analisada, a qual é também *locus* de trabalho e estudo das pesquisadoras, autoras da análise em tela.

Ao examinar a AE em curso no país, enquanto política de permanência, inclusão social e conclusão do curso de graduação de estudantes em vulnerabilidade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

socioeconômica, compreendermos que a referida política resulta de um processo dialético e de luta de diferentes setores. Identificamos que o movimento estudantil e o FONAPRACE, desde a década de 1980, observam a existência de demandas de ações institucionais para que estudantes das camadas mais pobres da sociedade possam permanecer nas universidades.

Em nossa análise, destacamos que a AE se configura como uma importante ação para a inclusão social dos estudantes que vivenciam os mais diferentes tipos de vulnerabilidades. Contudo, devido estar inserida no cenário da sociedade capitalista que gera desigualdades, a AE também é tensionada pela dicotomia inclusão/exclusão, sendo uma mediação entre Estado e sociedade e assumindo, na conjuntura da ofensiva neoliberal, aspectos excludentes, seletivos, discriminatórios e estigmatizantes.

Constatamos o crescimento da demanda de trabalho e responsabilidades ao longo desses anos na instituição, o que contribuiu para sua organização atual na hierarquia administrativa da universidade e seu reconhecimento enquanto política institucional potencializadora dos direitos dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, observamos a efetivação da AE na UFPA com base nas 10 ações previstas no PNAES e na ampliação da visão de que vulnerabilidade não se resume apenas à condição financeira, por isso, a importância de serviços como o auxílio pedagógico e a atenção à saúde física e mental dos estudantes.

São notórios os aspectos seletivos e focalistas da AE, por não ser uma política universal, pois não atende todos os estudantes com matrícula ativa na instituição, além de seu caráter frágil, em virtude da sua condição de política de governo, já que é instituída via decreto presidencial e, assim, ser passível de descontinuidade.

Com nosso estudo, verificamos o quão é relevante a AE, mesmo com sua reduzida abrangência em relação às demandas dos discentes que formam o público alvo dessa política, pois ela é capaz de contribuir para a permanência, a inclusão social e a conclusão do curso de graduação dos estudantes para que concretizem seu direito à educação.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO. L. C. S. **Auxílio Permanência e Auxílio Moradia na UFPA: limites do Programa Nacional de Assistência Estudantil** / Lilian Cristina Santos Araújo. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2022, 123f.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm)> Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm)> Acesso em: 08 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)> Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007a**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)> Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso em 07 mai. 2023.

COSTA, Gerson Carlos de Oliveira; OLIVEIRA, Pedro de. **Moradias estudantis: uma política pública na consolidação do direito à cidade**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/78269716/moradias-estudantis-uma-politica-publica-na-consolidacao-do-direito-a-cidade>> Acesso em: 15 mai. 2023.

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza.

**Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.**

**Ensaio: avaliação de políticas públicas Educacionais.** Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Subsídios teórico-metodológicos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional: contribuições do marxismo.** In: CÊA, Geórgia; RUMMERT, Sonia; GONÇALVES, Leonardo (Org.). Trabalho e Educação: interlocuções marxistas. 1. ed. Rio Grande: Editoria da FURG, 2018, v. 1, p. 87-124.

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos: história, memória e múltiplos olhares, Minas Gerais.** UFU, PROEX, 2012.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? Revista Ser Social.** Brasília, v. 14, n. 31, p. 453 – 472, jul./dez. 2012.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos.** Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª. Ed. Porto Alegre. Artmed. 2004.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade.** In: FONAPRACE. Revista comemorativa 25 anos: história, memória e múltiplos olhares, Minas Gerais, UFU, PROEX, 2012, p. 147 -157.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida Pública, Política Econômica e o Financiamento das Universidades Federais nos Governos Lula e Dilma (2003-2014).** In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Políticas de Financiamento da Educação Superior num Contexto de Crise (Orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 748, de 22 de dezembro de 2016.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará, 2016 - 2025. UFPA, 2016. Disponível em [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2016/748%20PDI%202016-2025.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2016/748%20PDI%202016-2025.pdf) Acesso em 10 mai. 2023.

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 762, de 20 de outubro de 2017.** Conselho Superior Universitário. Aprova a Criação da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da Universidade Federal do Pará. UFPA, 2017. Disponível em: <<https://saest.ufpa.br/documentos/resolucao/762CONSUN.PDF>> Acesso em: 10 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 763, de 20 de outubro de 2017a.** Aprova o Regimento da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da Universidade Federal do Pará. UFPA, 2017a. Disponível em: <<https://saest.ufpa.br/documentos/resolucao/763CONSUN.PDF>> Acesso em: 10 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Anual 2017: Superintendência de Assistência Estudantil.** UFPA: Belém, fev. 2018. Disponível em: <<https://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2017.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 828, de 23 de março de 2021.** Aprova a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAÉ) da Universidade Federal do Pará. UFPA, 2021. Disponível em: <[https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2021/828%20Aprova%20a%20politica%20institucional%20de%20assistencia%20e%20de%20acessibilidade%20estudantil%20-%20PINAÉ.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2021/828%20Aprova%20a%20politica%20institucional%20de%20assistencia%20e%20de%20acessibilidade%20estudantil%20-%20PINAÉ.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

